



ADOLFO MESQUITA NUNES
Advogado

Porque subimos tanto na competitividade do turismo?

De 2008 a 2013, Portugal foi caindo sucessivamente no ranking de competitividade turística do Fórum Económico Mundial – o mais importante e consistente ranking de competitividade do setor do turismo.

Todos os rankings têm falhas, e este terá as suas. Mas este tem a vantagem de ser estável e de fornecer tendências: em 2008, Portugal estava em 15.º lugar, e foi caindo sucessivamente até ao 20.º lugar em 2013, numa caminhada imparável de perda de competitividade.

Até que, à conta de reformas que começaram em 2012, o país deu um inédito salto de cinco lugares: em 2015, dois simples anos depois do ranking anterior, Portugal estava em 15.º lugar. De então para cá, tem sido sempre a subir: em 2017 passámos para 14.º, e este ano passámos para 12.º – o melhor lugar de sempre. Estamos no bom caminho.

Note-se que este é um ranking que avalia políticas públicas, e que, portanto, não está sustentado no número de turistas e no número de chegadas. Avalia, por isso, aquilo que os

governos e as autoridades públicas fizeram em prol da competitividade do setor.

É por isso que sei bem a que devemos esta subida: porque liberalizámos e abrimos o setor do turismo como nunca, porque simplificámos e desburocratizámos, porque despolitizámos, porque nos centrámos no setor privado e não no setor público, porque confiámos nas empresas. E estas fizeram o que sempre fazem quando o Estado dá espaço, deram de si, trabalharam mais e melhor, fizeram do país um dos mais competitivos destinos do mundo.

Que reformas foram essas, feitas entre 2011 e 2015, que permitiram um salto tão grande, uma tão absoluta inversão de tendência?

Foram várias, e aqui ficam algumas, todas feitas no âmbito de uma redução de 30% da despesa, e com oposição de vários incumbentes:

a) A reorganização administrativa, com a extinção de entidades regionais e polos regionais de turismo, racionalizando e organizando as políticas;

b) A modernização da legislação sobre agências de viagens, enquadrando os novos desafios;

c) A simplificação e abertura das atividades de animação turística, com redução muito robusta de burocracias e taxas e provocando uma explosão no número de novos negócios;

d) A desregulação de algumas profissões, criando condições para que o arrojo, a modernidade e a inovação fossem mais relevantes;

e) A simplificação da regulação do alojamento local, que existia desde 2008, mas que empurrava toda a gente para a clandestinidade;

f) A desburocratização dos vários licenciamentos, desde logo da animação marítimo-turística, com eliminação muito significativa de formalidades e taxas;

g) A radical alteração da política de promoção do país, despolitizando-a, utilizando novos métodos.

Foram estas reformas, entre várias outras, que permitiram um salto tão grande na

competitividade do país.

Tive a honra de continuar algumas, que me foram deixadas pela Cecília Meireles, e de iniciar várias outras, sempre com a determinação de quem acredita na liberdade económica como eixo central das políticas públicas.

“Sou liberal”, assim me citavam os jornais na minha primeira intervenção como secretário de Estado do Turismo: “Sou liberal. Nem tudo é mau nesta coisa de ser liberal. Não estou do lado do Estado, estou do vosso lado.”

E foi isso que fiz, com orgulho e denodo.

Nem tudo foi bem feito, nem tudo foi feito, nem tudo merece aplauso. Mas o balanço dessas políticas assentes na liberdade económica não pode senão ser positivo, fundamentalmente positivo – tão positivo que deveria ser exportado para todas as áreas da economia.

E isso é o que defendo no programa eleitoral que acabo de coordenar. Um programa que assenta na liberdade económica: afinal, se resultou, para quê mudar? ■

Até que, à conta de reformas que começaram em 2012, o país deu um inédito salto de cinco lugares.